

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ATOS DOS PRESIDENTES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATAS DAS SESSÕES 00017/2025

Disponibilização: 08/09/2025 às 16h22m

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL
Telefone: (85) 98238.9722 (whatsapp. Inativo para ligações)
E-mail: camcrim1@tjce.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N.º 17 DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, EM 20 DE MAIO DE 2025.
PRESIDÊNCIA: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO
COORDENADORA: Bela. Larissa Sacramento Marinho
PRESENTES: O Exmo Sr. Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, a Exma. Sra. Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, o Exmo Sr. Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA e a Exma. Sra. Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, bem como o Exmo. Sr. Dr. Francisco Nildo Façanha de Abreu - Procurador de Justiça do Estado do Ceará. Presente ainda o Exmo. Sr. Dr. José Laerte Marques Damasceno - Defensor Público Estadual. Ausente a Exma Sra. Desa. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA por se encontrar em gozo de férias. Após os cumprimentos de estilo, foi aberta a sessão às 14h45min, e, em seguida, aprovada, por unanimidade a Ata da Sessão Ordinária N.º 16 do dia 13 de maio de 2025.

- JULGAMENTOS -

01 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623709-02.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte

Impetrante: Ademar Correia de Alencar Júnior
Paciente: C. D. T.
Advogado: Ademar Correia de Alencar Júnior
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.
Em tempo: Sustentação Oral realizada pelo Dr. Ademar Correia de Alencar Júnior, no tempo regimental, seguida de manifestação oral da douta Procuradora de Justiça ratificando o parecer acostado aos autos.

02 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623677-94.2025.8.06.0000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral

Impetrante: Júlio César Costa e Silva Barbosa
Paciente: Douglas Evangelista da Costa
Advogado: Júlio César Costa e Silva Barbosa
Advogada: Mônica Maria Marques Matias
Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

03 - Habeas Corpus Criminal 0623519-39.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Russas

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Antônio Reginaldo Silva Crisóstomo
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Russas
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do writ, para, DENEGAR-LHE a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal, nos termos do voto do Relator”.

04 - Habeas Corpus Criminal 0624015-68.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Boa Viagem

Impetrante: Iasmim Alves Sampaio Barbosa
Paciente: N. M. R. N. da S.
Paciente: V. de P. O.

Advogada: Iasmim Alves Sampaio Barbosa
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Boa Viagem
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do *writ*, para na parte cognoscível CONCEDER-LHE a ordem e relaxar a prisão preventiva dos pacientes, expedindo-se alvará de soltura, se por outro motivo não estiverem presos, nos termos do voto do Relator”.

05 - Habeas Corpus Criminal 0624056-35.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de São Benedito

Impetrante: Flairton Marcelo Vale
Paciente: Jader José de Sousa Silva
Advogado: Flairton Marcelo Vale
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Benedito
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU deste *Habeas Corpus* e CONCEDEU a ordem, confirmando a liminar deferida, para substituir a prisão do paciente pelas medidas cautelares elencadas, se for outro motivo não estiver preso, nos termos do voto do Relator”.

06 - Habeas Corpus Criminal 0624103-09.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Cruz

Impetrante: Maria Socorro Sousa Lima
Paciente: Elieny Sílvia Souza de Mello
Paciente: House Merly Dunas
Paciente: Erica Beiby Merly
Advogada: Maria Socorro Sousa Lima
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Cruz
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente *habeas corpus*, para conceder a ordem, nos exatos termos do voto, confirmando-se a liminar anteriormente concedida, determinou a expedição de contramandado de prisão, assegurando-se a liberdade das pacientes, nos termos do voto do Relator”.

07 - Habeas Corpus Criminal 0624150-80.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Cascavel

Impetrante: Felipe Freitas de Araújo Alves
Paciente: J. R. B. N.
Advogado: Felipe Freitas de Araújo Alves
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do *writ*, para na parte cognoscível DENEGAR-LHE a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal Arguido, nos termos do voto do Relator”.

08 - Habeas Corpus Criminal 0624155-05.2025.8.06.0000 - 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: Antônio Edson da Silva Félix
Paciente: Francisco Jackson dos Santos Lima
Impetrado: Juiz de Direito 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Iguatu
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, NÃO CONHECEU da ordem impetrada quanto ao pedido formulado em favor do paciente Francisco Jackson dos Santos Lima, por se tratar de matéria não submetida à apreciação do juízo de origem, o que configura supressão de instância, bem como julgou prejudicado o pedido relativo ao paciente Antônio Edson da Silva Félix, diante da superveniente perda de objeto. Todavia, por se tratar de matéria de ordem pública, CONCEDEU A ORDEM, de ofício, para dispensar o paciente Francisco Jackson dos Santos Lima do pagamento da fiança arbitrada, mantidas as demais medidas cautelares impostas pelo juízo de primeiro grau. Expeça o setor competente o alvará de soltura em favor do paciente, salvo se, por outro motivo, deva permanecer preso, nos termos do voto do Relator”.

09 - Habeas Corpus Criminal 0624404-53.2025.8.06.0000 - 7º Núcleo Regional de Custódia e das Garantias - Sede em Maracanaú

Impetrante: Kilviane Alexandre Santos Silva
Paciente: Micael Barbosa de Lima Martins
Advogada: Kilviane Alexandre Santos Silva
Impetrado: Juiz de Direito do 7º Núcleo Regional de Custódia e das Garantias - Sede em Maracanaú
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do *writ*, contudo para DENEGAR-LHE a ordem, haja vista não restar configurado o constrangimento ilegal arguido, nos termos do voto do Relator”.

10 - Habeas Corpus Criminal 0624595-98.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Marco

Impetrante: Jéfferson Vasconcelos Freitas
Paciente: Francisco Cauã do Nascimento
Advogado: Jéfferson Vasconcelos Freitas
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Marco
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do presente *habeas corpus*, para CONCEDER-LHE A ORDEM, aplicando-se as medidas cautelares previstas no art. 319, I, IV, V e IX, do Código de Processo Penal, se por outro motivo não estiver preso, nos termos do voto do Relator”.

11 - Habeas Corpus Criminal 0624745-79.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Horizonte

Impetrante: Reidson Ferreira de Oliveira
Paciente: Dorieudes de Lima Sousa
Advogado: Reidson Ferreira de Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do presente *writ*, para na parte conhecida DENEGAR-LHE a ordem, nos exatos termos do voto do relator, nos termos do voto do Relator”.

12 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622955-60.2025.8.06.0000 - 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Impetrante: João Alfredo Carneiro de Moraes
Paciente: E. G. de S.
Advogado: João Alfredo Carneiro de Moraes
Impetrado: Juiz de Direito do 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus* tão somente para denegar-lhe a Ordem, nos termos do voto da Relatora”.

13 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623998-32.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Ipu

Impetrante: Guilherme Janderson Martins Madeira
Paciente: A. D. B. de S.
Advogado: Guilherme Janderson Martins Madeira
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ipu
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.

14 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624045-06.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: G. S. D.
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente *mandamus* tão somente para denegar-lhe a ordem, nos termos do voto da Relatora”.

15 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624380-25.2025.8.06.0000 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Impetrante: Janaína Lopes Rodrigues
Paciente: Daniel de Sousa Silva
Advogada: Janaína Lopes Rodrigues
Impetrado: Juiz de Direito do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu o presente *mandamus*, para conceder-lhe a ordem, substituindo a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares elencadas nos incisos I, IV e IX do artigo 319 do CPP, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de renovação caso seja demonstrada a necessidade, mediante decisão fundamentada da autoridade coatora. Determinou, desde já, que se expeça e se cumpra o alvará de soltura em favor do paciente, na forma e no prazo do art. 6º, § 1º, da Resolução nº 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o devido registro no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), pondo-o em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso e, no caso de impossibilidade técnica, comunique-se imediatamente a presente decisão ao juiz de piso, a fim de que expeça o alvará e dê cumprimento a ordem de soltura no prazo de 24 (vinte quatro) horas. #BNMP No azo, julgou prejudicada a tese de violação ao princípio da proporcionalidade, em razão da concessão do pleito pelo reconhecimento de inidoneidade na fundamentação que manteve a prisão preventiva do paciente, nos termos do voto da Relatora”.

16 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624408-90.2025.8.06.0000 - 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Rafael de Almeida Abreu
Paciente: U. M.
Advogado: Rafael de Almeida Abreu
Advogado: Jerônimo de Abreu Júnior
Advogada: Ana Carolina de Almeida Abreu
Impetrado: Juiz de Direito do 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES
Decisão: “A Câmara, por unanimidade, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora”.
17 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624495-46.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Caridade

Impetrante: Juarez Figueredo Martins Neto
Paciente: José Helton Celestino de França
Advogado: Juarez Figueredo Martins Neto
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Caridade
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES
Decisão: “A Câmara, por unanimidade, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora”.
18 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623560-06.2025.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará
Paciente: João Victor dos Santos
Paciente: Francisco Breno Ferreira do Nascimento
Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para DENEGAR-LHE, mantendo-se as prisões dos pacientes, nos termos do voto do Relator”.
19 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623619-91.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Pentecoste

Impetrante: Rafael Soares Moura
Paciente: F. J. da S. O.
Advogado: Rafael Soares Moura
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pentecoste
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem, para DENEGAR-LHE, nos termos do voto do Relator”.
20 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623663-13.2025.8.06.0000 - 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Júlio César Costa e Silva Barbosa
Paciente: M. da S. N. C.
Advogado: Júlio César Costa e Silva Barbosa
Impetrado: Juiz de Direito do 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU parcialmente da presente ordem de Habeas Corpus, para DENEGAR-LHE, na extensão cognoscível, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.
21 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623879-71.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Solonópole

Impetrante: Alanne Nayara Fernandes Martins
Impetrante: Jéferson Lima de Matos
Paciente: Ana Sheylane da Silva Carneiro
Advogado: Jéferson Lima de Matos
Advogada: Alanne Nayara Fernandes Martins
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Solonópole
Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, com determinação ao Juízo a quo, nos termos do voto do Relator”.

22 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624016-53.2025.8.06.0000 - 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza
Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: G. F. da S.

Impetrado: Juiz de Direito do 3º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

23 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624212-23.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Impetrante: Francisco Marcelo Brandão

Paciente: Eduardo Silva de Sousa

Advogado: Francisco Marcelo Brandão

Advogada: Sônia Marina Chacon Brandão

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente ordem de Habeas Corpus, para DENEGÁ-LA, mantendo-se a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto do Relator”.

24 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624227-89.2025.8.06.0000 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Samya Brilhante Lima

Paciente: Quecia da Silva de Souza

Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

25 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624277-18.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Allan Lima do Carmo

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

26 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624358-64.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Paraipaba

Impetrante: Vânia Gomes Castelo Branco

Paciente: Francisco Vinícius Marques Neto

Advogada: Camila Miranda Vidigal

Advogada: Vânia Gomes Castelo Branco

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Paraipaba

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.

27 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624359-49.2025.8.06.0000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Impetrante: Júlio César da Silva Alcântara Filho

Paciente: B. B. A.

Advogado: Júlio César da Silva Alcântara Filho

Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da ordem impetrada, para DENEGÁ-LA, mantendo-se a prisão do paciente, nos termos do voto do Relator”.

28 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624443-50.2025.8.06.0000 - Vara Única da Comarca de Assaré

Impetrante: Felipe Ribeiro Viana

Paciente: Antônio Alex Neves Pereira

Advogado: Felipe Ribeiro Viana

Advogado: Francisco de Assis Viana

Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Assaré

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU da presente ordem de Habeas Corpus e CONCEDEU PARCIALMENTE a ordem, para determinar ao juiz primevo que revise, no prazo de 10 (dez) dias, a necessidade de segregação cautelar, nos termos do que determina o art. 316, do CPP, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019, nos termos do voto do Relator”.

29 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624465-11.2025.8.06.0000 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Paciente: Márcio Gleison Apolinário Oliveira
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual
Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente ordem de Habeas Corpus, para denegá-la, nos termos do voto do Relator”.
30 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624478-10.2025.8.06.0000 - 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza

Impetrante: Pedro Ítalo Araújo Ramos
Paciente: Sabrina dos Santos Reinaldo
Advogado: Pedro Ítalo Araújo Ramos
Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza
Custos legis: Ministério Público Estadual
Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, NÃO CONHECEU da presente ordem, nos termos do voto do Relator”.
31 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622235-93.2025.8.06.0000 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Impetrante: César Augusto de Souza Gomes
Impetrante: Renata Rodrigues Gonçalves Gomes
Paciente: F. E. de S.
Advogada: Renata Rodrigues Gonçalves Gomes
Advogado: César Augusto de Souza Gomes
Impetrado: Juiz de Direito do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral
Custos legis: Ministério Público Estadual
Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, na extensão cognoscível, DENEGOU a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente. Outrossim, determinou ao MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Marco, com quem se encontra, atualmente, o processo, que se manifeste, nos autos principais (nº 0203570-10.2024.8.06.0298), acerca da alegação da defesa quanto ao acesso ao conteúdo dos depoimentos das testemunhas protegidas, observando os limites legais e as garantias processuais cabíveis, nos termos do voto da Relatora.”
32 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622477-52.2025.8.06.0000 - 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral

Impetrante: César Augusto de Souza Gomes
Impetrante: Renata Rodrigues Gonçalves Gomes
Paciente: F. E. de S.
Paciente: F. C. de S.
Paciente: J. N. de S.
Paciente: J. O. de S.
Advogada: Renata Rodrigues Gonçalves Gomes
Advogado: César Augusto de Souza Gomes
Impetrado: Juiz de Direito do 5º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Sobral
Custos legis: Ministério Público Estadual
Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar dos pacientes. Outrossim, determinou ao MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Marco, com quem se encontra, atualmente, o processo, que se manifeste, nos autos principais (nº203570-10.2024.8.06.0298), acerca da alegação da defesa quanto ao acesso ao conteúdo dos depoimentos das testemunhas protegidas, observando os limites legais e as garantias processuais cabíveis, nos termos do voto da Relatora.”

33 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622841-24.2025.8.06.0000 - Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte
Impetrante: Abdias de Carvalho Rabelo
Paciente: Antônio Jairo da Silva Mariano
Advogado: Abdias de Carvalho Rabelo
Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte
Custos legis: Ministério Público Estadual
Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA
Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ para, na extensão cognoscível, DENEGOU a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”
34 - Habeas Corpus Criminal Nº 0622996-27.2025.8.06.0000 - 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Vara de Audiências de Custódia

Impetrante: Dayvid Martins Correia
Impetrante: Catarine de Marilac Martins da Silva
Paciente: Luiz Wanderson do Carmo costa
Advogado: Dayvid Martins Correia
Impetrado: Juiz de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Vara de Audiências de Custódia
Custos legis: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do writ impetrado para DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do paciente, nos termos do voto da Relatora.”

35 - Habeas Corpus Criminal Nº 0623476-05.2025.8.06.0000 - 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Impetrante: Danyele Rodrigues da Silva

Paciente: Wanderley Tavares de Sales

Advogada: Danyele Rodrigues da Silva

Impetrado: Juiz de Direito 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do Paciente, nos termos do voto da Relatora.”

36 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624249-50.2025.8.06.0000 - 1ª Vara da Comarca de Cascavel

Impetrante: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Paciente: Francisco Marcone Freire da Silva

Advogado: Francisco Antônio Queiroz dos Santos

Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do Paciente, nos termos do voto da Relatora.”

37 - Habeas Corpus Criminal Nº 0624332-66.2025.8.06.0000 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá

Impetrante: Pablo Ricardo Silva de Araújo

Paciente: R. M. do N.

Advogado: Pablo Ricardo Silva de Araújo

Impetrado: Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do writ impetrado para, na extensão cognoscível, DENEGAR a ordem requestada, mantendo a prisão cautelar do Paciente, nos termos do voto da Relatora.”

38 - Conflito de Jurisdição Nº 0000201-76.2025.8.06.0000 - 6º Vara do Júri - Organização Criminosa da Comarca de Fortaleza

Suscitante: Juiz de Direito da 6ª Vara do Júri - Organização Criminosa da Comarca de Fortaleza

Suscitado: Juiz de Direito da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza

Terceiro: J. A. M. de O.

Terceiro: F. R. V. L.

Terceiro: V. M. de F.

Custos legis: Ministério Público Estadual

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, Conheceu do presente conflito negativo de competência, no sentido de DECLARAR COMPETENTE o juízo suscitado da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza/CE para o processamento e julgamento da ação penal nº 203102-52.2024.8.06.0296, nos termos do voto do Relator”.

39 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0027643-24.2019.8.06.0001/50000 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza

Embargante: Dianne Ferreira Viana

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu dos Embargos Declaratórios, para dar-lhe parcial provimento, reconhecendo a contradição e determinando a exclusão da frase “posteriormente cometeu nova infração”, no entanto sem dar-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto da Relatora”.

40 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0200616-19.2023.8.06.0300/50000 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Embargante: Divanildo Mineiro de Lima Júnior

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu e rejeitou os embargos de declaração e procedeu à correção, por ato de ofício dos termos do dispositivo da apelação, conforme o voto da Relatora”.

41 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0267961-26.2023.8.06.0001/50000 - 2ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza

Embargante: Ericles da Silva Sousa

Defensoria Pública do Estado do Ceará

Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração para rejeitá-los, nos termos do voto da Relatora”.
42 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0201337-65.2023.8.06.0301/50000 - Vara Única da Comarca de Milagres

Embargante: Erivaldo de Araújo Soares Júnior
Advogado: Erivaldo de Araújo Soares Júnior
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu dos presentes Embargos de Declaração, para acolhê-los, nos termos do voto do Relator”.

43 - Embargos de Declaração Criminal Nº 0006916-35.2008.8.06.0064/50000 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia

Embargante: Rogério Cavalcante Negreiros
Defensoria Pública do Estado do Ceará
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu e rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto da Relatora.”

44 - Apelação Criminal Nº 0243392-24.2024.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Eliton Oliveira Pereira.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto pela defesa do réu, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, a fim de manter a sentença proferida, nos termos do voto da Relatora.”

45 - Apelação Criminal Nº 0001847-23.2018.8.06.0112 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca do Crato.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.
Apelado: H. M. da S..
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e DEU PROVIMENTO ao recurso da acusação, para condenar o réu Henrique Matias da Silva no cumprimento da reprimenda de 4 (quatro) anos e 8 (oito) meses de reclusão em regime semiaberto, mais 56 (cinquenta e seis) dias-multa, por infringência ao tipo penal do art. 240 da Lei nº 8.069/90 (ECA), nos termos do voto do Relator.”

46 - Apelação Criminal Nº 0008508-81.2019.8.06.0112 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: C. B. da S..
Advogado: Edson Ferreira Lima (OAB/CE: 34239).
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU o recurso e NEGOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

47 - Apelação Criminal Nº 0009483-35.2019.8.06.0167 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Eraldo Mesquita do Nascimento.
Advogada: Mirian Nunes Souza (OAB/SP: 419272).
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, absolvendo o réu José Eraldo Mesquita do Nascimento dos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico, redimensionando a pena do crime de organização criminosa, mantida a prisão preventiva e as demais disposições da sentença combatida, nos termos do voto do Relator.”

48 - Apelação Criminal Nº 0027314-75.2020.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.
Apelado: Éverton da Silva Ferreira.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso do Ministério Público, mantidas as disposições da sentença, nos termos do voto do Relator.”
49 - Apelação Criminal Nº 0040796-37.2013.8.06.0001 - 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.
Apelado: Francisco Adalto Dias de Souza.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e NEGOU PROVIMENTO ao recurso de apelação, nos termos do voto do Relator.”

50 - Apelação Criminal Nº 0052382-50.2016.8.06.0071 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Aurício Silva Luciano.

Advogado: Humberto Alexandrino Pinheiro (OAB/CE: 14934).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso, para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”

51 - Apelação Criminal Nº 0057976-28.2021.8.06.0117 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Deusdedit Gladson de Melo Pires.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU o recurso do apelante, rejeitando o pleito quanto ao pedido de absolvição do acusado, DAR PARCIAL PROVIMENTO, redimensionamento da pena, reduzindo-a de 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão para 01 (um) ano e 07 (sete) meses e 12 (doze) dias de detenção, nos termos do voto do Relator.”

52 - Apelação Criminal Nº 0058054-37.2021.8.06.0112 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante/Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelante/Apelado: C. T. D..

Advogado: Silvânia Shirles Lopes Rocha de Andrade (OAB/GO: 56910).

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de apelação da defesa e, na parte cognoscível, NEGOU-LHE PROVIMENTO e CONHECEU do recurso de apelação do Ministério Público para DAR-LHE PROVIMENTO, reconhecendo a continuidade delitiva no crime de estupro de vulnerável, nos termos do Tema Repetitivo 1202 do STJ e condenando do réu pela prática do crime de exibição de pornografia (art. 241-D, parágrafo único, I, da Lei n.º 8.069/1990), com aplicação do concurso material entre os crimes, totalizando a pena de 24 (vinte e quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 12 (doze) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial fechado, nos termos do voto do Relator.”

53 - Apelação Criminal Nº 0201017-72.2024.8.06.0303 - Vara Única Criminal de Baturité.

Apelante: Francisco Ivo Tomaz Souto.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU o recurso de Francisco Ivo Tomaz Souto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença vergastada incólume, nos termos do voto do Relator.”

54 - Apelação Criminal Nº 0201262-84.2022.8.06.0293 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: José Maurílio de Oliveira Rocha.

Advogado: Iranildo Alves Feitosa (OAB/CE: 9504).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso e NEGOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

55 - Apelação Criminal Nº 0201499-26.2024.8.06.0301 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Arinaldo Magalhães Pereira Filho.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU e DEU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do apelante, para desclassificar o crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06) para porte de droga para uso próprio (art. 28 da Lei de Drogas), mantendo a condenação pelo crime de receptação simples, nos termos do voto do Relator.”

56 - Apelação Criminal Nº 0230205-80.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Yure Moreno Silva Araújo.

Advogado: Samuel Igo de Paiva Sales (OAB/CE: 46585).

Apelante: Antônio Wesley de Sousa Barbosa.

Apelante: Jonas da Silva Rodrigues.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU dos recursos, para DAR-LHES PROVIMENTO, absolvendo os apelantes do crime de tráfico de drogas e o apelante Jonas da Silva Rodrigues também pelo crime de desacato, por ausência de provas suficientes da prática delitiva, nos termos do voto do Relator.”

57 - Apelação Criminal Nº 0234486-84.2020.8.06.0001 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Aminadab Angelino.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso e DEU-LHE PROVIMENTO, condenando o réu pela prática do crime de furto consumado à pena de 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa em regime inicial aberto, substituindo-a por uma restritiva de direito, a ser estabelecida pelo juízo de primeiro grau, nos termos do art. 44 , §2º do CP.,nos termos do voto do Relator.”

58 - Apelação Criminal Nº 0273820-23.2023.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Arthur Sousa de Oliveira.

Apelante: Ana Cláudia Rodrigues da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso para DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

59 - Apelação Criminal Nº 0279764-69.2024.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Diego Cordeiro Dimas.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso interposto e DEU-LHE IMPROVIMENTO. De ofício, pena privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direito, nos termos do voto do Relator.”

60 - Apelação Criminal Nº 0753941-85.2014.8.06.0001 - 2ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: André Silva dos Santos.

Apelante: Tatiana Viana de Sousa.

Advogado: Thales Soares Vasconcelos (OAB/CE: 43222).

Advogado: Paulo Sérgio Lima Vasconcelos (OAB/CE: 12928).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU os recursos para DAR-LHES PROVIMENTO, absolvendo os acusados do delito de tráfico de drogas e porte irregular de arma de fogo de uso restrito estendendo os benefícios ao réu Sávio de Sousa, nos termos do voto do Relator.”

61 - Apelação Criminal Nº 0774653-96.2014.8.06.0001 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Rayan Rebouças Beltrão Malta.

Advogado: José Arimá Rocha Brito (OAB/CE: 9092).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Revisora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de Rayan Rebouças Beltrão Malta para PROVÊ-LO PARCIALMENTE, redimensionando a pena para 18(dezoito) anos e 4(quatro) meses de reclusão, mais o pagamento de 12 (doze) dias-multa, nos termos do voto do Relator.”

62 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0002429-08.2014.8.06.0130 - Vara Única da Comarca de Mucambo.

Recorrente: Antônio Marcos de Sousa.

Advogado: Wellington Aguiar Ponte Filho (OAB/CE: 47497).

Advogada: Giovanna Parente Portela (OAB/CE: 53424).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso em sentido estrito para DAR-LHE PROVIMENTO, reformando a decisão de pronúncia para DESPRONUNCIAR o acusado ANTÔNIO MARCOS DE SOUSA da prática do art. 121, § 2º, III, do Código Penal, com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal. Registre-se que a despronúncia de ANTÔNIO ACÉLIO DE ARAÚJO e ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LINO, deve ser determinada ex officio, ainda que tal acusado não tenha manejado recurso próprio, com arrimo no art. 580 do CPP, haja vista que a fundamentação

invocada neste acórdão reformador não ostentam caráter exclusivamente Pessoal, nos termos do voto do Relator."

63 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0203936-55.2024.8.06.0296 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: Raimundo Marcos de Sousa Silva.

Advogado: Augusto César Araújo Braga (OAB/CE: 35293).

Advogado: Kaique Rodrigues Mota (OAB/CE: 38450).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, CONHECEU o recurso em sentido estrito de Raimundo Marcos de Sousa Silva, para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença de pronúncia vergastada incólume, nos termos do voto do Relator."

64 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0246878-22.2021.8.06.0001 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Recorrente: M. C. da S. R..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do recurso em sentido estrito e NEGOU-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator."

65 - Apelação Criminal Nº 0000056-20.2019.8.06.0165 - Vara Única da Comarca de Umirim.

Apelante: Denofre Santos Oliveira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, não conheceu do recurso interposto pela defesa mas, de ofício, por tratar-se de matéria de ordem pública, reconheceu a nulidade absoluta do julgamento pelo Tribunal do Júri, a fim de que os autos retornem à origem para que seja instaurado, como convém, o devido Incidente de Insanidade Mental, nos termos e para os fins dos arts. 149 e seguintes do Código de Processo Penal, nos termos do voto da Relatora."

66 - Apelação Criminal Nº 0000277-31.2004.8.06.0164 - 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante.

Apelante: Pedro Almeida Félix.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, verificando-se que não há prova satisfatória de que o recorrente participou do crime a ele imputado, deu provimento ao apelo para absolvê-lo com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, nos termos do voto da Relatora."

67 - Apelação Criminal Nº 0022215-80.2016.8.06.0158 - Vara Única Criminal de Russas.

Apelante: Francisco Sombra de Souza.

Advogado: Francisco César Mariano (OAB/CE: 20991).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu e deu provimento ao recurso, absolvendo o réu, com esteio no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, nos termos do voto da Relatora."

68 - Apelação Criminal Nº 0035380-88.2013.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Márcio Francisco Ferreira Oliveira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para, acolhendo a preliminar de nulidade suscitada pelo recorrente, absolvê-lo do delito previsto no art. 16, §1º, IV, da Lei 10.826/03. Considerando que a reforma realizada neste julgamento mostra-se relevante à execução penal, comunique-se imediatamente ao juízo das execuções penais, conforme dispõe o art. 1º, parágrafo único, da Resolução n. 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, para que adote as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora."

69 - Apelação Criminal Nº 0050907-49.2020.8.06.0126 - 1ª Vara da Comarca de Mombaca.

Apelante: Ítalo Cavalcante Vieira.

Advogado: Carlos Jonathan Gomes de Oliveira (OAB/CE: 24934).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: "A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso e denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora."

70 - Apelação Criminal Nº 0200941-09.2024.8.06.0025 - 4ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Antônio Edileudo de Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente recurso apelatório para julgar-lhe desprovido, mantendo incólume a sentença combatida, nos termos do voto da Relatora.”

71 - Apelação Criminal Nº 0202481-93.2022.8.06.0112 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte.

Apelante: José Kelvin dos Santos Pereira.

Advogada: Giana Lareska Viana Rangel (OAB/CE: 47204).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso apelatório para, na parte cognoscível, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Relatora.”

72 - Apelação Criminal Nº 0202900-84.2024.8.06.0293 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Marcos Daniel Mateus da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, votou no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso ministerial, mantendo-se a absolvição do recorrido em decorrência da violação de flagrante desrespeito aos direitos da livre locomoção e da inviolabilidade do domicílio, vaticinados no art. 5º, incisos X, XI e XV, da Constituição Federal, nos termos do voto da Relatora.”

73 - Apelação Criminal Nº 0204034-83.2023.8.06.0293 - Vara Única da Comarca de Aurora.

Apelante: Carlos Roberto dos Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe provimento, reduzindo a dosimetria de pena. Considerando que a reforma realizada no julgamento se mostra relevante à execução da pena privativa de liberdade, deve a Coordenadoria de Apelação Crime comunicar a presente decisão ao juízo de execuções, conforme dispõe o art. 1º, p.ú., da Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto da Relatora.”

74 - Apelação Criminal Nº 0204468-09.2022.8.06.0293 - 1ª Vara da Comarca de Trairi.

Apelante: Aloísio Raulino Pordeus Neto.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, negou provimento ao pleito de abrandamento de regime havido no recurso de apelação, mantendo-se, ao cumprimento inicial da pena, o regime semiaberto, nos termos do voto da Relatora.”

75 - Apelação Criminal Nº 0205158-04.2023.8.06.0293 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Francisco Luan da Silva Rozeira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso e lhe negou provimento. Considerando que o réu se encontra em liberdade, e, ainda, os termos do art. 23 da Resolução nº 474 do Conselho Nacional de Justiça, expeça-se a respectiva carta de execução, para que, após a verificação dos incidentes e benefícios cabíveis, seja intimado para dar início ao cumprimento das respectivas penas, nos termos do voto da Relatora.”

76 - Apelação Criminal Nº 0231290-09.2020.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Amílton Cordeiro Borges.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso de defesa, nos termos do voto da Relatora.”

77 - Apelação Criminal Nº 0232802-90.2021.8.06.0001 - 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Têlio Lima da Costa.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, deu provimento ao recurso de apelação para anular o veredicto popular, a fim de que o recorrente seja submetido a novo julgamento. Anulada a condenação do recorrente, impositiva a expedição de alvará de soltura em favor do apelante, se por outro motivo não estiver preso, nos termos do voto da Relatora.”

78 - Apelação Criminal Nº 0239563-35.2024.8.06.0001 - 11ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ademildo Dutra Buriti.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, CONHECEU do presente recurso de apelação, para DAR-LHE PROVIMENTO, alterando-se o regime inicial de cumprimento desta para semiaberto, mantendo-se os demais termos fixamos pelo juízo de origem. Considerando que a reforma realizada neste julgamento se mostra relevante à execução penal, deve a Coordenadoria de Apelação Crime comunicar imediatamente a presente decisão ao juízo das execuções, conforme dispõe o art. 1.º, parágrafo único, da Resolução n. 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, para que adote as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.”

79 - Apelação Criminal Nº 0257532-97.2023.8.06.0001 - 1ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Ferreira de Souza Neto.
Advogado: Pablo Jorge Aguiar do Rego (OAB/CE: 31293).
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso de apelação para negar-lhe provimento, bem como fixo os honorários do defensor dativo nomeado ao recorrente, nos termos acima consignados, nos termos do voto da Relatora.”

80 - Apelação Criminal Nº 0258641-15.2024.8.06.0001 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Paulo Renan Ferreira.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

81 - Apelação Criminal Nº 0259283-85.2024.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Edson Araújo Silva.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

82 - Apelação Criminal Nº 0268000-57.2022.8.06.0001 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Wenderson Albuquerque de Moraes.
Advogado: Marcus André Viana Cavalcante (OAB/CE: 39631).
Advogada: Francisca Tatiane Teixeira Magalhães (OAB/CE: 41029).
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do apelo e denegou-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.”

83 - Apelação Criminal Nº 0270837-22.2021.8.06.0001 - 3ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Pedro Lucas Moura do Carmo.
Advogado: Francisco Evaldo Ferreira de Moraes Filho (OAB/CE: 45584).
Apelante: Pedro Laylson Menezes Anastácio.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.
Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .
Revisor: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu os recursos, para conceder-lhes parcial provimento, apenas para corrigir a pena-base do crime de roubo, sem alteração da reprimenda final, nos termos do voto da Relatora.”

84 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0050491-06.2020.8.06.0054 - Vara Única da Comarca de Campos Sales.

Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará.
Recorrido: Francisco Genival de Lacerda.
Advogado: André José Souza Campos (OAB/CE: 32842).
Recorrido: Francinaldo Genival de Lacerda.
Advogado: Manoel Juraci Bezerra (OAB/CE: 8822).
Relatora: Des. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES .

Decisão: “A Câmara, por unanimidade, conheceu do presente Recurso em Sentido Estrito para julgar-lhe provido, determinando, assim, o recebimento da denúncia e, conseqüentemente, o regular processamento da persecução penal, nos termos do voto da Relatora.”

85 - Apelação Criminal Nº 0010552-44.2021.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Crateús.

Apelante: N. M. R..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

86 - Apelação Criminal Nº 0054181-55.2021.8.06.0071 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelada: Alana Sílvia Teles Rodrigues.

Advogado: Manassés Gomes da Silva (OAB/CE: 8823).

Advogado: Daniel Alves Oliveira (OAB/CE: 41750).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator.”

87 - Apelação Criminal Nº 0114943-58.2018.8.06.0001 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Cláudio Roberto Ferreira de Assis.

Advogado: Kaio Galvão de Castro (OAB/CE: 31507).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.”

88 - Apelação Criminal Nº 0118054-50.2018.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Michael Jaderson Rodrigues Lima.

Advogado: Francisco Fernando Castro Saraiva Leão (OAB/CE: 5870).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar-lhe provimento, declarando extinta a punibilidade, pela prescrição, em relação ao crime de corrupção de menores. Comunicando-se imediatamente ao juízo da execução penal competente, o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta aos recorrentes, nos termos do parágrafo único do art. 1º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator.”

89 - Apelação Criminal Nº 0200093-10.2023.8.06.0299 - Vara Única Criminal de Crateús.

Apelante: Kaio Witalo Soares Bazilio.

Apelante: Vinícius Ferreira de Matos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe provimento. Comunicando-se imediatamente ao juízo da execução penal competente, o inteiro teor desta decisão, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Resolução n.º 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator.”

90 - Apelação Criminal Nº 0200663-48.2022.8.06.0293 - Vara Única da Comarca de Capistrano.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelante: Pedro Paulo de Oliveira Barbosa.

Advogada: Renata de Melo Lacerda (OAB/CE: 26991).

Apelado: José Diogo Rabelo Nogueira.

Defensor dativo: Humberto Alcelino Vasconcelos Rocha (OAB/CE: 40964).

Apelado: Francisco Ebeson Monteiro Moreira.

Defensor dativo: Rebeca Guedes Jales de Carvalho (OAB/CE: 41224).

Apelado: Leubruno da Silva Pinheiro.

Defensor dativo: Caio Wanderson Semião Pereira (OAB/CE: 42528).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Carlos Leandro Mascena Ludovino.

Advogado: Jatir Batista da Cunha Neto (OAB/CE: 43639).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Revisora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso de Apelação de Pedro Paulo de Oliveira Barbosa, para dar-lhes parcial provimento unicamente para o redimensionamento da pena, bem como conheceu do recurso de Apelação do Ministério Público, para

negar-lhes provimento. Comunicando-se imediatamente ao juízo da execução penal competente, o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta aos recorrentes, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Resolução nº 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator."

91 - Apelação Criminal Nº 0201631-83.2024.8.06.0301 - Vara Única da Comarca de Mauriti.

Apelante: F. dos S. R..
Advogado: Pedro Fernandes Jacó (OAB/CE: 39544).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento. Comunicando-se imediatamente, ao juízo da execução penal competente, o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta ao recorrente, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Resolução n.º 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator."

92 - Apelação Criminal Nº 0201886-38.2024.8.06.0302 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu.

Apelante: F. R. S. de S..
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator."

93 - Apelação Criminal Nº 0203064-05.2022.8.06.0298 - 1ª Vara da Comarca de São Benedito.

Apelante: A. C. G. da S..
Advogado: Rafael Magno Borges de Carvalho (OAB/CE: 28362).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, votou no sentido de CONHECER do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo todas as disposições da sentença condenatória, nos termos do voto do Relator."

94 - Apelação Criminal Nº 0206981-55.2024.8.06.0300 - 1ª Vara da Comarca de Beberibe.

Apelante: Lucas Josué Lima Marreira.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da presente Apelação Criminal, para dar-lhe parcial provimento. Comunicando-se imediatamente ao juízo da execução o inteiro teor desta decisão, acerca das reformas realizadas na sanção imposta ao recorrente, nos termos do parágrafo único do art. 1.º da Resolução n.º 113/2010, do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do voto do Relator."

95 - Apelação Criminal Nº 0283178-12.2023.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco John Willany Caetano da Silva.
Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Revisora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu da Apelação Criminal para negar-lhe Provimento, nos termos do voto do Relator."
96 - Agravo de Execução Penal Nº 0002413-98.2018.8.06.0070 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: José Wagner Medeiros Alves.
Advogada: Patrícia Daiane Soares Machado (OAB/CE: 47909).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo em execução interposto, mas para negar-lhe provimento, mantendo, em sua inteireza, a decisão combatida, nos termos do voto do Relator."

97 - Agravo de Execução Penal Nº 0002413-98.2018.8.06.0070 - 4ª Vara de Execução Penal e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Fortaleza (SEJUD 1º Grau).

Agravante: José Wagner Medeiros Alves.
Advogada: Patrícia Daiane Soares Machado (OAB/CE: 47909).

Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.
Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo em execução interposto, mas para negar-lhe provimento, mantendo, em sua inteireza, a decisão combatida, nos termos do voto do Relator."

98 - Agravo de Execução Penal Nº 0016737-43.2017.8.06.0001 - 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza.

Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Agravado: Yago Coelho Pinto.

Advogado: José Moaceny Félix Rodrigues (OAB/CE: 11836).

Advogada: Alexandra Ester Mendes Rodrigues (OAB/CE: 18980).

Relator: Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do agravo em execução interposto, para dar-lhe provimento, tornando sem efeito a decisão recorrida, enquanto não seja adimplida a pena de multa ou efetivamente comprovada a absoluta hipossuficiência do apenado, nos termos do voto do Relator.”

99 - Apelação Criminal Nº 0002645-82.2017.8.06.0123 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Sobral.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Pedro Batista do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, e determinar a submissão do réu a novo julgamento pelo Conselho de sentença, nos termos do voto da Relatora.”

100 - Apelação Criminal Nº 0005783-84.2017.8.06.0114 - Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira.

Apelante: Cicero Nonato da Silva Santos.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, anulada a decisão de primeiro grau, determinando-se a realização de nova sessão do Tribunal o Júri, sendo o réu submetido a novo julgamento, nos termos do voto da Relatora.”

101 - Apelação Criminal Nº 0014494-24.2023.8.06.0064 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Paulo de Tasso Rodrigues do Nascimento.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto pela defesa de Paulo de Tasso Rodrigues do Nascimento, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, modificando de ofício quantidade da pena de multa aplicada, nos termos do voto da Relatora.”

102 - Apelação Criminal Nº 0016145-68.2017.8.06.0075 - Vara Única Criminal de Eusébio.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelada: Antônia Iara Pereira Martins.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU dos recursos de Apelação Criminal interpostos para DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de reformar a sentença vergastada e redimensionar a pena da ré para 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e 16 (dezesesseis) dias-multa, nos termos do voto da Relatora.”

103 -Apelação Criminal Nº 0050030-30.2021.8.06.0044 - 1ª Vara da Comarca de Redenção.

Apelante: Jesus Eduardo Lopes Lima.

Advogado: Marcos Aurélio Pinheiro Moura (OAB/CE: 39144).

Advogado: Leandro Guimarães Moura (OAB/CE: 45680).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso interposto pela defesa, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de promover o redimensionamento da penalidade aplicada, mantendo-se a sentença nos seus demais termos, conforme o voto da Relatora.”

104 - Apelação Criminal Nº 0050477-78.2021.8.06.0121- 1ª Vara da Comarca de Massapê.

Apelante: Samuel Nogueira Tabosa.

Advogado: Adan Laurier Duarte do Nascimento (OAB/CE: 24070).

Apelante: Josiel Mendes da Silva.

Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB/CE: 21600).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recursos para NEGAR PROVIMENTO ao apelo interposto por Samuel Nogueira Tabosa e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao apelo interposto por Josiel Mendes da Silva, apenas para alterar a pena acessória. De ofício,

redimensionou-se a pena de multa em relação a Samuel Nogueira Tabosa, resultando as sanções em desfavor cada um dos réus no total de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 30 (trinta) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, nos termos do voto da Relatora."

105 - Apelação Criminal Nº 0050484-80.2021.8.06.0053 - 1ª Vara da Comarca de Camocim.

Apelante: Francisco Thailan Silva da Cunha.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelatório manejado e, ao fim, concedeu parcial provimento, com o afastamento da obrigação de pagar valor indenizatório anteriormente impingida, nos termos do voto da Relatora."

106 - Apelação Criminal Nº 0051855-25.2021.8.06.0071 - 2ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Carpeggiane Henrique de Andrade.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Carpeggiane Henrique de Andrade, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se incólume a sentença Recorrida, nos termos do voto da Relatora."

107 - Apelação Criminal Nº 0153561-09.2017.8.06.0001 - 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Lucas Almeida Assunção.

Advogada: Sílvia Helena Tavares da Cruz (OAB/CE: 32139).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a condenação em desfavor de Lucas Almeida Assunção, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, nos termos do voto da Relatora."

108 - Apelação Criminal Nº 0154637-97.2019.8.06.0001 - 6ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Ana Eduarda Santos de Oliveira.

Advogado: Caio Eduardo Teles Benevides (OAB/CE: 43094).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de Apelação Criminal interposta para, na extensão cognoscível, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora."

109 - Apelação Criminal Nº 0200473-72.2022.8.06.0071 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Crato.

Apelante: Nataniel Souza Silva.

Advogado: Roberto Pereira Anastácio (OAB/CE: 31585).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso para, na extensão cognoscível, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, mantendo a sentença condenatória, e reformando a decisão para excluir a perda do cargo como consequência da prática delitiva, nos termos do voto da Relatora."

110 - Apelação Criminal Nº 0200860-11.2024.8.06.0300 - 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia.

Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará.

Apelado: Antônio Carlos da Silva dos Santos.

Apelado: Francisco Jamerson Alves Barros.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sentença absolutória inalterada, nos termos do voto da Relatora."

111 -Apelação Criminal Nº 0201085-59.2023.8.06.0302 - 1ª Vara da Comarca de Mombaça.

Apelante: Vanessa Soares da Silva Teixeira.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, consoante Parecer ministerial, mantendo a Sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora."

112 - Apelação Criminal Nº 0202168-14.2021.8.06.0001 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Vitor Nogueira Rogério.

Advogado: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB/CE: 38829).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto por Vitor Nogueira Rogério para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a sua condenação, e redimensionando a pena aplicada, de ofício, nos termos da sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

113 - Apelação Criminal Nº 0202369-95.2024.8.06.0293 - Vara Única Criminal de Crateús.

Apelante: A. A. F. de S..

Advogado: Áthila Bezerra da Silva (OAB/CE: 38071).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apalatório e, ao fim, negou-lhe provimento, com a manutenção da condenação e o redimensionamento, de ofício, da pena, nos termos do voto da Relatora.”

114 - Apelação Criminal Nº 0202663-29.2019.8.06.0001 - 10ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Claumir de Oliveira Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.”

115 - Apelação Criminal Nº 0205864-50.2024.8.06.0293 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú.

Apelante: Francisco Maciano Sales do Carmo.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PARCIALPROVIMENTO, reformada a pena que totalizou em 01 (um) ano, 07 (sete) meses e 07 (sete) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semiaberto, em desfavor de Francisco Maciano Sales do Carmo, pela prática dos crimes previstos no art. 129, § 13, do Código Penal c/c o art. 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06 e art. 331 do Código Penal, nos termos do voto da Relatora.”

116 - Apelação Criminal Nº 0208479-16.2024.8.06.0001 - Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Francisco Mikael Pereira de Andrade.

Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB/CE: 39799).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso interposto pela defesa o réu, a fim de, na extensão cognoscível, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, redimensionando a quantidade de pena aplicada, nos termos do voto da Relatora.”

117 - Apelação Criminal Nº 0217308-20.2023.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: José Cleilson Pereira da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade,conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, reconhecida a incidência de circunstância atenuante, sem alteração da pena, mantendo-se a Sentença nos demais termos, tudo em conformidade com o voto da Relatora.”

118 - Apelação Criminal Nº 0217495-62.2022.8.06.0001 - Auditoria Militar do Estado do Ceará - Comarca de Fortaleza.

Apelante: Carlos Alberto Loiola Lopes e outro.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso interposto, para DAR-LHE PROVIMENTO, absolvidos os réus da condenação pela prática do delito previsto no art. 214 do Código Penal Militar, nos termos do voto da Relatora.”

119 - Apelação Criminal Nº 0228984-28.2024.8.06.0001 - 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: R. A. D. B..

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelante: E. de S. A..

Advogado: Júlio César Costa e Silva Barbosa (OAB/CE: 43251).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso apresentado pela defesa de Raul Anderson Domingos Bezerra, parcialmente do recurso apresentado pela defesa de Elissandro de Souza Almeida, para, na extensão cognoscível, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo-se incólume a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

120 - Apelação Criminal Nº 0235951-94.2021.8.06.0001 - 13ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Manoel Barbosa da Costa.

Advogado: Daniele de Souza Silva (OAB/CE: 43366).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU PARCIALMENTE do recurso de Apelação Criminal interposto para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, a fim de determinar a remessa dos autos ao Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, celebrar o acordo de não persecução penal já previamente ofertado pelo Parquet atuante no primeiro grau. Sagrando-se vencedor o presente voto, comunique-se imediatamente as reformas realizadas nesta instância ao juízo das execuções para que realize as anotações necessárias, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 113/2010, nos termos do voto da Relatora.”

121 - Apelação Criminal Nº 0237301-15.2024.8.06.0001 - 14ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Matheus Santos Mota.

Advogado: Gílson Sérgio Pereira Alves (OAB/CE: 35400).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso interposto pela defesa, para, na extensão cognoscível, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se incólume a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora.”

122 - Apelação Criminal Nº 0242865-72.2024.8.06.0001 - 8ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: João Pedro Vicente Almeida.

Advogado: Renan Veras Parente (OAB/CE: 28079).

Advogado: Renato Veras Parente (OAB/CE: 38622).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, CONHECEU do recurso de Apelação Criminal interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.”

123 - Apelação Criminal Nº 0270578-61.2020.8.06.0001 - 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Carleandro Gonçalves de Sousa.

Apelante: Francisco Flávio Gomes Martins.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelatório e, ao fim, negou-lhe provimento, com a manutenção da condenação e das consequências penais, nos termos do voto da Relatora.”

124 - Apelação Criminal Nº 0282387-43.2023.8.06.0001 - 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Paulo Henrique de Souza da Silva.

Apelante: Islane de Andrade Silva.

Advogado: Nillis Nascimento da Silva (OAB/CE: 37895).

Advogado: Francisco Tiago Sales Ferreira (OAB/CE: 44868).

Advogado: Cláudio Richard da Silva Ferreira (OAB/CE: 51780).

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do Recurso Apelatório manejado e, ao fim, conceder-lhe parcial provimento, com a absolvição, pela insuficiência de provas, da Acusada Islene de Andrade Silva e a manutenção da condenação e das repercussões penais conectadas ao Acusado Paulo Henrique de Souza da Silva, nos termos do voto da Relatora.”

125 - Apelação Criminal Nº 0287250-42.2023.8.06.0001- 18ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Apelante: Rodrigo Barbosa de Lima.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Desa. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Revisor: Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO.

Decisão: “A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para DAR-LHE PROVIMENTO, alterada a pena final que resultou em 09 (nove) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial

fechado, e 20 (vinte) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do CP (quatro vezes), e 244-B da Lei nº 8.069/90, c/c art. 70 e 71, ambos do CP, nos termos do voto da Relatora."

126 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0000330-95.2013.8.06.0196 - 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá.

Recorrente: Francisco David Pereira da Silva.

Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo integralmente a decisão recorrida, nos termos do voto da Relatora."

127 - Recurso em Sentido Estrito Nº 0204809-77.2023.8.06.0300 - Vara Única da Comarca de Umirim.

Recorrente: Francisco Jhonatan da Silva Lopes.

Advogado: Marcelo Pinheiro Nocrato (OAB/CE: 38864).

Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará.

Relatora: Des. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA.

Decisão: "A Turma, por unanimidade, conheceu do recurso, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, em consonância com o Parecer ministerial, mantendo integralmente a decisão Recorrida, nos termos do voto da Relatora."

Total de processos efetivamente julgados: 127 (Cento e Vinte e Sete).

PEDIDO DE VISTA:

01)- Adiado o julgamento da **Apelação Criminal Nº 0623001-49.2025.8.06.0000** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após sustentação oral realizada pelo Dr. Gustavo Fernandes Schisler, seguida de manifestação oral do douto Procurador de Justiça, a Eminente Relatora pediu vista dos autos para melhor exame da matéria, considerando as argumentações levantadas pelo patrono do paciente.

ADIADO:

01)- Adiado o julgamento da **Apelação Criminal Nº 0255087-72.2024.8.06.0001** de relatoria da Exma. Sra. Des. Lígia Andrade de Alencar Magalhães, vez que após o anúncio do presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou o seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (27/5/2025).

02)- Adiado o julgamento do **Apelação Criminal N.º 0202856-65.2024.8.06.0293** de relatoria da Exma. Sra. Des. Sílvia Soares de Sá Nóbrega, vez que após o anúncio do presente processo, a Eminente Desembargadora Relatora determinou o seu adiamento para a próxima sessão ordinária híbrida de julgamento desta câmara (27/5/2025).

RETIRADO DE MESA/PAUTA:

01)- Adiado o julgamento dos **Embargos de Declaração Criminal N.º 0200445-78.2023.8.06.0036/50000** de relatoria do Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, vez que após o anúncio do presente processo, o Exmo. Sr. Des. Francisco Carneiro Lima, relator do recurso, retirou-o de mesa .

REGISTROS/CONSIGNAÇÕES

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 15h45min, do que para constar eu, César Augusto Rocha de Lima, matrícula 51791, digitei a presente ata. Subscrovo e assino: _____ Larissa Sacramento Marinho – Matrícula 51444 – Coordenadora da Primeira Câmara Criminal. Conforme: _____ Desembargador Mário Parente Teófilo Neto – Presidente da Primeira Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Bela. LARISSA SACRAMENTO MARINHO

Coordenadora da 1ª Câmara Criminal

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/153010> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.

